

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

# BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO -- 24\$00

*Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.*

*O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.*

## ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o país ... ..	1 000\$00	600\$00
Para países de expressão portuguesa...	1 500\$00	800\$00
Para outros países ... ..	1 800\$00	1 000\$00
AVULSO Por cada duas páginas...	4\$00	

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

*Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas de Quinta-feira de cada semana.*

*Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.*

*Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.*

## SUMÁRIO

### ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR:

#### Declaração:

Indigitando vários deputados para integrarem o Grupo de Amizade Cabo Verde/República Federal da Alemanha.

### CONSELHO DE MINISTROS:

#### Decreto n.º 29/88:

Cria junto da Chefia do Governo a Comissão de Prevenção e Conjuntura.

#### Decreto n.º 30/88:

Renova a comissão ordinária de serviço de Lourdes de Fátima Sena de Carvalho Lima Miranda, no cargo de Director-Geral da Administração da Presidência da República.

#### Decreto n.º 31/88:

Nomeia Yolanda de Assis Lopes Estrela, técnica superior de 2.ª classe, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de director de Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais.

### MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, COMÉRCIO E TURISMO:

#### Despacho:

Louvando o Cãmarada Silvino Lima, pelos serviços relevantes prestados ao Ministério dos Transportes, Comércio e Turismo, durante o período em que o mesmo exerceu as funções de presidente do Gabinete do Porto da Praia.

### MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E PISCAS:

#### Despacho:

Delegando competência a alguns responsáveis de organismos afectos ao Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas.

### Assembleia Nacional Popular:

Secretaria-Geral.

### Chefia do Governo:

Direcção-Geral da Administração Pública.

Anúncios judiciais e outros.

NOTA:—No dia 2 de Abril corrente, foi publicado um Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 14/88, com o seguinte sumário:

## SUMÁRIO

### CONSELHO DE MINISTROS:

#### Decreto-Lei n.º 27/88:

Isenta de direitos, de imposto de consumo e de emolumentos gerais a importação de materiais, aparelhos, máquinas e seus acessórios, instrumentos e utensílios destinados ao Projecto de Renovação e Extensão do Ensino Básico.

#### Decreto n.º 28/88:

Cria, na directa dependência do Ministro da Educação, o Gabinete de Projectos de Educação, abreviadamente designado por GAPE, e revoga o Decreto n.º 5/86, de 25 de Março.

### MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E PISCAS:

#### Portaria n.º 10/88:

Cria, na Direcção-Geral da Junta dos Recursos Hídricos, a Célula Nacional de Execução da Galeria BOTA RAMA.

### Chefia do Governo:

Direcção-Geral da Administração Pública.

## ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR

## Mesa da Presidência

## Declaração

Para os devidos efeitos se declara, que na reunião ordinária da Mesa da Assembleia Nacional Popular, realizada no dia 24 de Março de 1988, foram indigitados para integrar o Grupo de Amizade Cabo Verde/República Federal da Alemanha, os Deputados abaixo designados:

José Eduardo Dantas Ferreira Barbosa — Presidente;  
Atelano João de Henrique Dias da Fonseca — Vice-Presidente;

André Pires;  
António Manuel Neves;  
Maria da Luz Freire de Andrade Boal;  
António Baptista Pina Tavares;  
Rui Spencer Lopes dos Santos.

Mesa da Presidência da Assembleia Nacional Popular,  
24 de Março de 1988. — O Primeiro Secretário da Mesa,  
*José Eduardo Dantas Ferreira Barbosa*

— o s o —

## CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 29/88

de 9 de Abril

Convindo dotar a Chefia do Governo de um órgão interdisciplinar para apoiar o Primeiro Ministro na coordenação de medidas de política para a direcção da economia em situações conjunturais ou de curto prazo, nomeadamente no que se refere ao controlo das variáveis macro-económicas, financeiras e monetárias;

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## Artigo 1.º

(Comissão de Previsão e Conjuntura)

É criada, junto da Chefia do Governo a Comissão de Previsão e Conjuntura.

## Artigo 2.º

(Natureza)

A Comissão de Previsão e Conjuntura é um órgão interdisciplinar de estudos e apoio técnico qualificado ao Primeiro Ministro na coordenação de medidas de política para a direcção da economia em situações conjunturais ou de curto prazo, nomeadamente no que se refere ao controlo das variáveis macro-económicas, financeiras e monetárias.

## Artigo 3.º

(Funções)

São funções da Comissão de Previsão e Conjuntura, designadamente:

- a) Assegurar a montagem e gestão de um sistema de informação e apoio à decisão macro-económica;
- b) Elaborar relatórios periódicos sobre a situação e as perspectivas económicas do país e promover a coordenação dos estudos necessários à definição da política económica e financeira a curto prazo;
- c) Elaborar previsões e enquadramentos macro-económicos necessários à preparação dos orçamentos e programas anuais;
- d) Fornecer subsídios para a definição de medidas e políticas conjunturais que se mostrem necessárias para fazer face a desequilíbrios económicos.

## Artigo 4.º

(Competências)

Para o exercício das suas funções compete à Comissão de Previsão e Conjuntura, designadamente:

- a) Dinamizar a recolha da informação conjuntural relativa aos diversos domínios da actividade económica e financeira, interna e externa, organizar o respectivo ficheiro e a sua exploração;
- b) Organizar essa informação num esquema global que permita análises conjunturais e estudos de previsão de que devem resultar sínteses macro-económicas conjunturais, boletins de conjuntura e relatórios sobre as perspectivas económicas e financeiras a curto prazo;
- c) Acompanhar a evolução de preços, rendimentos e emprego, finanças públicas, moeda e crédito, economia internacional e transacções externas;
- d) Promover a concertação inter-departamental prévia para a definição da política económica e financeira a curto prazo.

## Artigo 5.º

(Presidência e composição)

1. A Comissão de Previsão e Conjuntura é presidida por um Conselheiro do Primeiro Ministro e é composta pelo:

- a) Director-Geral do Planeamento;
- b) Director-Geral da Estatística;
- c) Director do Gabinete de Estudos e Programação Financeira do Ministério das Finanças;
- d) Director do Departamento de Estudos e Estatística do Banco de Cabo Verde.

2. A Comissão de Previsão e Conjuntura tem um secretariado, integrado por funcionários da Secretaria-Geral do Governo, para a apoiar na realização das suas tarefas.

3. Nas ausências e impedimentos os membros da Comissão de Previsão e Conjuntura são substituídos por suplentes designados pelas entidades competentes de entre técnicos superiores do serviço respectivo.

4. Os Ministros das Finanças e do Plano e da Cooperação e o Governador do Banco de Cabo Verde tomarão as providências necessárias para que os membros da Comissão de Previsão e Conjuntura deles dependentes possam prestar a esta um efectivo e regular concurso.

**Artigo 6.º**

(Colaboração dos departamentos governamentais e organismos públicos)

Para o desempenho das suas funções, a Comissão de Previsão e Conjuntura receberá dos departamentos governamentais e organismos públicos, nomeadamente os Ministérios das Finanças e do Plano e da Cooperação e o Banco de Cabo Verde, todas as informações necessárias, cuja natureza e periodicidade serão definidas por despacho do Primeiro Ministro.

**Artigo 7.º**

(Regulamento interno)

O funcionamento da Comissão de Previsão e Conjuntura obedecerá a um regulamento interno aprovado por despacho do Primeiro Ministro.

**Artigo 8.º**

(Dúvidas)

As dúvidas e os casos omissos resultantes da aplicação do presente diploma serão resolvidos por despacho do Primeiro Ministro.

*Pedro Pires — José Brito — Arnaldo França.*

Promulgado em 21 de Março de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Decreto n.º 30/88

de 9 de Abril

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É renovada a comissão ordinária de serviço de Lourdes de Fátima Sena de Carvalho Lima Miranda, no cargo de directora-geral da Administração da Presidência da República.

*Pedro Pires — Arnaldo França.*

Promulgado em 2 de Abril de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Decreto n.º 31/88

de 9 de Abril

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É nomeada Yolanda de Assis Lopes Estrela, técnica superior de 2.ª classe, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais.

*Pedro Pires — Irineu Gomes — Arnaldo França.*

Promulgado em 2 de Abril de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES,  
COMÉRCIO E TURISMO

Despacho

Considerando que, durante os trabalhos de reconstrução e desenvolvimento do Porto da Praia, o Camarada engenheiro Silvino de Oliveira Lima desempenhou as funções de Presidente do Gabinete do Porto da Praia, com manifesto espírito de sacrifício, lealdade e competência;

Sendo de justiça tornar público o trabalho meritório prestado pelo Camarada Eng.º Silvino Lima, ao longo de 3 anos que exerceu as referidas funções;

Louvo o Camarada Silvino Lima, pelos serviços relevantes prestados ao Ministério dos Transportes, Comércio e Turismo, durante o período em que o mesmo exerceu as funções de Presidente do Gabinete do Porto da Praia.

Ministério dos Transportes, Comércio e Turismo, 9 de Abril de 1988. — O Ministro, *Oswaldo Lopes da Silva.*

o

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO  
RURAL E PISCAS

Gabinete do Ministro

Despacho

No seguimento do meu despacho n.º 64/87, publicado no *Boletim Oficial* n.º 2/88.

Delego nos Presidentes do Instituto Nacional de Investigação Agrária e do Instituto Nacional das Cooperativas, no Director-Geral da Junta dos Recursos Hídricos e nos Directores do Centro do Desenvolvimento Pecuário, da Empresa do Fomento Agró-Pecuário (FAP), da Empresa Nacional de Avicultura (ENAVI) e da Empresa Agro-Industrial «Justino Lopes» e dos Gabinetes do Plano Integrado do Desenvolvimento das Ilhas do Fogo e da Brava e do Projecto Integrado do Desenvolvimento da Boa Vista, a competência para autorizar as deslocações ao exterior seja em missão de serviço, em gozo de licença ou em comissão de serviço, dos respectivos funcionários.

Ministério do Desenvolvimento Rural e Piscas, 2 de Abril de 1988. — O Ministro, *João Pereira Silva.*

## Assembleia Nacional Popular

### Secretaria-Geral

Despacho do Camarada Presidente da Assembleia Nacional Popular:

De 31 de Março de 1988:

Nos termos do disposto nos artigos 1.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 1/87 de 10 de Janeiro, é colocado em comissão eventual de serviço o Camarada Pedro Rodrigues Lopes, director dos Serviços Parlamentares da Secretaria-Geral desta Instituição, por um período de 3 (três) meses afim de frequentar um estágio de aperfeiçoamento em Havana, República de Cuba, com efeitos a partir da data do seu embarque.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional Popular, da Praia, 31 de Março de 1988.— O Secretário-Geral, *Pedro Duarte*.

—o—

## CHEFIA DO GOVERNO

### Secretaria de Estado da Administração Pública

#### Direcção-Geral da Administração Pública

Despachos do Camarada Primeiro Ministro:

De 15 de Outubro de 1987:

Franklin Lopes Fortes, compositor de 3.ª classe, provisório, do quadro da Imprensa Nacional — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 23 de Janeiro de 1988):

Carmina Lobo Gomes, auxiliar de administração, provisória, do quadro da Imprensa Nacional — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotada pelo Tribunal de Contas em 24 de Março de 1988).

De 16 de Março:

Paula Tavares de Carvalho, nomeada, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe da Secretaria-Geral do Governo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 6 de Abril de 1988).

Norberta da Pina Varela — nomeada, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de recepcionista do quadro de pessoal do Gabinete do Primeiro Ministro, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 1.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Isento de «visto» do Tribunal de Contas nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho.

Despachos do Camarada Ministro da Justiça:

De 27 de Janeiro de 1988:

Marta Maria Soares, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe provisória, da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado nomeada, definitivamente, no referido cargo; nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 17 de Março de 1988).

De 9 de Fevereiro:

Adelino Tavares de Sousa, escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe, definitivo, da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, na situação de licença registada — prorrogada a referida licença por mais seis meses (180 dias) com efeitos a partir de 15 de Fevereiro do ano em curso.

Despacho do Camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros:

De 1 de Fevereiro de 1988:

Eunice Jóia da Luz Barbosa Brito, adido de Embaixada — nomeada, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 119/85, de 24 de Outubro, para exercer, definitivamente, o cargo de 3.º secretário de Embaixada dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente — (Visado pelo Tribunal de Contas em 14 de Março de 1988).

Despachos do Camarada Ministro da Educação:

De 3 de Novembro de 1987:

Neusa Maria da Conceição Lopes Brito — nomeada, nos termos do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de sub-inspector escolar, da Inspeção Escolar, ficando colocada por conveniência de serviço, na Delegação Escolar de S. Vicente.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 35.ª, subdivisão 1.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 20 de Março de 1988).

De 13:

Augusto da Silva Moreira, professor de posto de 2.º nível, 1.ª classe, definitivo — concedido à mudança de escalão correspondente à principal, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 74/86, de 25 de Outubro, conjugado com o artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro,

Edília Maria Alves de Brito, professora do ensino primário, de 1.ª classe — concedida a mudança de escalão correspondente à professora principal, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 74/86, de 25 de Outubro, conjugado com o artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 23 de Março de 1988).

De 18:

José Ricardo Lima Moreira, técnico superior de 2.ª classe, do Ministério da Educação — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Continua a exercer em comissão ordinária de serviço, o cargo de director do Liceu «Domingos Ramos».

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 28.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 10 de Fevereiro de 1988).

De 23:

Mário da Veiga Furtado, professor de posto profissionalizado (2.º nível, 3.ª classe), provisório — concedida a mudança de escalão correspondente à 2.ª classe, nos termos do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, conjugado com o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 74/86, e artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 21 de Março de 1988).

Mafalda da Silva, professora de posto escolar profissionalizada do 2.º nível, 3.ª classe — concedida a mudança de escalão, correspondente a 2.ª classe, nos termos do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, conjugado com o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 74/86 e artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 7 de Março de 1988).

De 24:

Dulceneia Hungria Silva, professora do Ensino Primário (2.º nível, 2.ª classe) — concedida, a mudança de escalão correspondente à 1.ª classe, nos termos do n.º 3 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/59, conjugado com o artigo 50.º do Decreto n.º 98/87,

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Março de 1988).

De 4 de Janeiro de 1988:

Manuel Rodrigues Piloto, condutor-auto de 2.ª classe, provisório, da Inspeção-Geral do Ministério da Educação — promovido, nos termos do artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, continuando colocado por conveniência de serviço na Delegação de Inspeção do Concelho do Paúl.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 35.ª, subdivisão 1.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 21 de Março de 1988).

De 12:

Maria Haydée Ferreira Ferro Marques, professora de 4.º nível, 3.ª classe, definitivo, em exercício no Liceu «Domingos Ramos» — concedida a mudança de escalão correspondente à 2.ª classe nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, conjugado com o n.º 2 do artigo 26.º do mesmo diploma e artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 28.ª, sub-divisão 1.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Março de 1988).

De 18:

João Evangelista Ramos Vicente, subinspector escolar de concelho da Brava — transferido para o concelho da Praia.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 35.º, sub-divisão 2.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 4 de Fevereiro:

Carlos Domingos Lopes — nomeado, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de director do Liceu «Domingos Ramos» — Secção do Sal.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 28.ª, sub-divisão 1.ª código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Março de 1988).

De 15:

Silvina Nunes Andrade, professora de posto escolar de serviço eventual da Direcção de Educação Extra Escolar e Divisão de Alfabetização — transferida, a seu pedido, para o concelho do Sal.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 32.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 16:

Rodrigo Gomes de Pina, 3.º oficial, interino, da Escola do Ensino Básico Complementar de Santa Catarina — exonerado, a seu pedido, com efeitos a partir de 15 de Fevereiro de 1988.

De 23:

Victorina Lima Tavares Brião, professora de posto escolar, contratada, concedidos mais seis meses de licença registada.

De 2 de Março:

José Luís Freire Monteiro — contratado, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de contínuo do Liceu de Santa Catarina.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 29.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1988).

De 5:

Filomena Barcelos Lima, professora do 2.º nível, na situação de licença registada — concedida a licença ilimitada, ao abrigo do disposto no artigo 257.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de 1 de Março de 1988.

De 7:

Francisca Filomena Rocha dos Santos, escriturária-dactilógrafa principal, da Direcção Regional de Educação — concedidos 15 dias de licença registada, com efeitos a partir de 11 de Maio próximo futuro.

Despacho do Camarada Ministro da Informação, Cultura e Desportos:

De 18 de Fevereiro de 1988:

Adriano do Carmo Veiga Gomes — nomeado, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de 3.º oficial da Direcção-Geral de Administração do Ministério da Informação, Cultura e Desportos.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1988).

Despacho do Camarada Ministro da Administração Local e Urbanismo:

De 29 de Fevereiro de 1988:

António Manuel da Costa Chantre, zelador, provisório, da Direcção-Geral da Administração Local — exonerado, a seu pedido, do referido cargo, com efeitos a partir da data em que tomar posse no cargo de auxiliar de consumo de água, do quadro privativo do Secretariado Administrativo da Ribeira Grande.

Despachos do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 21 de Janeiro de 1988:

Maria Marlene Soares de Carvalho, técnica auxiliar de radiologia de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde — punida com a pena do n.º 9 do artigo 354.º do Estatuto do Funcionalismo — demissão.

De 31:

Emília Viviana Silva Bans de Portela e Prado, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, provisória, da Direcção-Geral de Farmácia — promovida à classe imediata.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente — (Visado pelo Tribunal de Contas em 24 de Fevereiro de 1988).

De 2 de Fevereiro:

Francisco Romão Lima, condutor-auto de ligeiro de 3.ª classe contratado, da Direcção-Geral de Saúde — promovido, nos termos do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 98/87, de 14 de Setembro à classe imediata.

Aquílino Vicente Ramos, técnico profissional de 1.º nível de 3.ª classe, (enfermeiro), provisório, da Direcção-Geral de Saúde — promovido nos termos do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 98/87, de 14 de Setembro, à classe imediata.

Maria Rosalina Almeida Cardoso e Ricardina Borges Oliveira de Brito, auxiliares de 3.ª classe, provisórias, da Direcção-Geral de Saúde — promovidas, nos termos do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 98/87, de 14 de Setembro, à classe imediata. — (Visados pelo Tribunal de Contas em 23 de Março de 1988).

Arcângela Tavares Monteiro, Rita Mendes Tavares — nomeadas, nos termos do artigo 1.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercerem, interinamente, o cargo de auxiliar de administração da Direcção-Geral de Saúde. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 24 de Março de 1988).

De 18:

Jorge Eduardo St'Aubyn de Figueiredo, técnico superior de 3.ª classe, provisório, da Direcção-Geral de Saúde — promovido, nos termos do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 98/87, à classe imediata.

Idalina dos Santos Neves — nomeada nos termos do artigo 1.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de 2.º oficial, da Direcção-Geral de Saúde. — (Visados pelo Tribunal de Contas em 31 de Março de 1988).

Silvina Maria Silva, técnica profissional de 1.º nível de 2.ª classe, definitiva, da Direcção-Geral de Saúde — promovida, nos termos do artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, à classe imediata. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 26 de Março de 1988).

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Claudino José Sanches Cardoso, Margarida Pereira da Silva, Maria da Luz Soares, Pedro Alexandrino Évora Tavares, 2.ª oficiais, definitivos — nomeados, nos termos do artigo 1.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercerem, interinamente, o cargo de 1.º oficial, da Direcção-Geral da Administração do Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisões 3.ª e 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 30 de Março de 1988).

De 29:

Alberto Nascimento Soares, funcionário aposentado da Direcção-Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 13 de Fevereiro de 1988, que é do seguinte teor:

«Segundo opinião do Endoscopista deve ser evacuado para o exterior, a fim de realizar biopsia para excluir a existência de evolução maligna».

De 2 de Março:

Tomás Manuel Delgado, enfermeiro de 2.ª classe da Direcção-Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 11 de Fevereiro de 1988, que é do seguinte teor:

«Que o examinado se encontra incapaz para todo o serviço».

De 21:

Maria Teresa dos Reis Santos, servente da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 17 de Março de 1988, que é do seguinte teor:

«Que a examinada seja evacuada para o exterior com máxima urgência para centro especializado em Neurologia por estarem esgotados os recursos locais de diagnóstico e tratamento e sua vida perigar com a permanência no país».

«Evacuar com a máxima urgência para Portugal».

Despacho do Camarada Ministro das Obras Públicas:

De 21 de Março de 1988:

João Baessa Afonso, escriturário dactilógrafo principal da Direcção Regional de Santiago das Obras Públicas — concedidos 6 meses de licença registada, com efeitos a partir de 4 de Abril de 1988.

Despachos do Camarada Ministro Adjunto do Ministro do Plano e da Cooperação:

De 6 de Janeiro de 1988:

António Pedro Vaz da Silva — nomeado, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de condutor-auto de 3.ª classe, do Centro de Manutenção e Informação para o Desenvolvimento, do Ministério do Plano e da Cooperação.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 24 de Fevereiro de 1988).

Constantina Mendes — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de servente do Centro de Documentação e Informação para o desenvolvimento do Ministério do Plano e da Cooperação.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 24 de Março de 1988).

De 18:

Daniel Avelino Pires, técnico superior de 2.ª classe, do Centro de Documentação e Informação para o Desenvolvimento, na situação de licença registada — prorrogada por mais seis meses, a referida licença, com efeitos a partir de 1 de Março de 1988.

Despachos do Camarada Ministro Adjunto do Ministro das Finanças:

De 30 de Janeiro de 1988:

Alber'io António Cabral, fiscal de impostos de 3.ª classe, de nomeação definitiva, da Direcção-Geral de Finanças — promovido, nos termos do artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, à classe imediata.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 2.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 26 de Março de 1988).

De 23 de Março:

Maria do Livramento Gonçalves Gomes, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, definitiva, do Gabinete de Estudos e Programação Financeira do Ministério das Finanças — promovida, nos termos do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 98/87, de 14 de Setembro, à classe imediata.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 2.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 30 de Março de 1988).

Despacho do Camarada Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros:

De 10 de Março de 1988:

Karim Duarte, 3.º oficial, interino, dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros — exonerado a seu pedido do referido cargo, com efeitos a partir de 1 de Março do corrente ano.

Despacho do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública:

De 9 de Fevereiro de 1988:

José Maria Pereira Neves, técnico superior de 3.ª classe, colocado em comissão eventual de serviço, nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro a fim de frequentar um estágio na FUNDAP-Brasil, por um período de 45 dias, a partir da data do embarque.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 3.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 12 de Março de 1988).

Despachos do Camarada Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, na ausência do Secretário de Estado da Administração Pública:

De 23 de Fevereiro de 1988:

Dr.ª Maria da Conceição Semedo Mendes de Oliveira, técnica superior de 2.ª classe (médica) prestando serviço no Hospital «Dr. Agostinho Neto» — Praia — colocada em comissão eventual de serviço, nos termos do disposto nos artigos 1.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro, a fim de especializar-se em Anatomia Patológica, no Hospital Curry Cabral em Lisboa, por um período de 24 meses, prorrogáveis, com efeitos a partir da data do embarque.

Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Moreira de Carvalho, técnica superior de 1.<sup>a</sup> classe (médica) prestando serviço no Hospital «Dr. Agostinho Neto», Praia — colocada em comissão eventual de serviço, nos termos do disposto nos artigos 1.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro, a fim de especializar-se em Pediatria, na Escola Paulista de Medicina do Brasil.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.<sup>a</sup>, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 17 de Março de 1988).

José António dos Santos Semedo, chefe de secção, definitivo, da Direcção-Geral de Estudos, Legislação e Documentação do Ministério da Justiça — concedida a licença para efeitos de formação no exterior, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro.

De 24:

Emanuel Antero Garcia da Veiga, técnico superior de 3.<sup>a</sup> classe, da Direcção-Geral de Estudos e Reforma Administrativa a prestar serviço na Direcção-Geral da Administração Pública — colocado em comissão eventual de serviço, nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro, a fim de frequentar no Brasil—FUNDAP, um estágio na área de Gestão de Recursos Humanos, por um período de 120 dias, com efeitos a partir da data do embarque.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 3.º, divisão 2.<sup>a</sup>, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 26 de Março de 1988).

De 18 de Março:

João José da Moura Leal, técnico profissional de 2.º nível, 3.<sup>a</sup> classe, provisório, da Direcção-Geral de Estatística — concedido licença para formação no exterior, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro.

Evandro Assunção Lopes de Carvalho, Amália Maria Vera-Cruz de Melo Lopes, Hermínia Gomes da Cruz Curado Ferreira, Manuela Tereza de Jesus Alves Silva e Emílio Moreira Xavier, professores de 4.º nível, 3.<sup>a</sup> classe, do «Liceu Domingos Ramos» — concedidos licença para formação no exterior, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro.

Leonela Cabral dos Reis Borges, Maria do Socorro Nascimento Baptista Amado, José Manuel Lima Leite e Daniel do Rosário Medina, jornalistas — concedidos licença para formação no exterior, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro.

Despachos do Camarada Director-Geral da Administração Pública por delegação do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública:

De 29 de Fevereiro de 1988:

Reseílina Gonçalves, professora de Ensino Primário — conta para efeitos de mudança de classe, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 27 de Outubro de 1976 a 5 de Ago. de 1977 ... ..	—	9	9
De 27 de Outubro de 1977 a 28 de Janeiro de 1987 ... ..	9	3	—
<b>Total ... ..</b>	<b>10</b>	<b>—</b>	<b>9</b>

Inácio Moreira, professor de posto escolar, contratado — conta, para efeitos de mudança de classe o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 1 de Outubro de 1979 a 31 de Julho de 1980... ..	—	10	1
De 20 de Outubro de 1980 a 31 de Julho de 1981... ..	—	9	12
De 4 de Outubro de 1981 a 31 de Julho de 1982... ..	—	9	28
De 15 de Outubro de 1982 a 31 de Julho de 1983... ..	—	9	17
De 1 de Novembro de 1983 a 31 de Julho de 1984... ..	—	9	1
De 7 de Outubro de 1984 a 31 de Julho de 1985... ..	—	9	25
De 1 de Outubro de 1985 a 31 de Julho de 1986... ..	—	10	1
<b>Total ... ..</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>25</b>

Mateus Tavares Soares Silva, professor de posto escolar, contratado — conta, para efeitos de mudança de classe o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 1 de Outubro de 1979 a 31 de Julho de 1980... ..	—	10	1
De 3 de Outubro de 1980 a 31 de Julho de 1981... ..	—	9	29
De 1 de Novembro de 1981 a 31 de Julho de 1982... ..	—	9	1
De 1 de Novembro de 1982 a 29 de Agosto de 1983... ..	—	9	29
De 1 de Novembro de 1983 a 31 de Julho de 1984... ..	—	9	1
De 1 de Outubro de 1984 a 31 de Julho de 1985... ..	—	10	1
De 1 de Outubro de 1985 a 31 de Julho de 1986... ..	—	10	1
De 1 de Outubro de 1986 a 31 de Dezembro de 1986... ..	—	3	1
<b>Total ... ..</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>4</b>

Maria Ana Domingas Teixeira Rodrigues Lopes, professora de posto escolar, contratada — conta, para efeitos de mudança de classe o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 7 de Outubro de 1971 a 30 de Junho de 1972... ..	—	8	24
De 3 de Outubro de 1972 a 30 de Junho de 1973... ..	—	8	28
De 1 de Outubro de 1973 a 30 de Junho de 1974... ..	—	9	—
De 9 de Novembro de 1974 a 30 de Junho de 1975... ..	—	7	22
De 27 de Novembro de 1975 a 30 de Junho de 1976... ..	—	7	6
De 1 de Novembro de 1976 a 30 de Junho de 1977... ..	—	9	—



De 3 de Outubro de 1977 a 30 de Junho de 1978...	—	9	27
De 1 de Outubro de 1978 a 31 de Julho de 1979...	—	10	1
De 1 de Outubro de 1979 a 31 de Julho de 1980...	—	10	1
De 1 de Outubro de 1980 a 31 de Julho de 1981...	—	10	1
De 5 de Outubro de 1981 a 31 de Julho de 1982...	—	9	27
De 14 de Outubro de 1982 a 31 de Julho de 1983...	—	9	18
De 18 de Novembro de 1983 a 31 de Julho de 1984...	—	8	14
De 7 de Outubro de 1984 a 31 de Julho de 1985...	—	9	25
De 1 de Outubro de 1985 a 31 de Julho de 1986...	—	10	1
De 1 de Outubro de 1986 a 31 de Março de 1986...	—	6	1
<b>Total</b> ...	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>23</b>

Maria José Pereira Varela, professora de posto escolar, contratada—conta para efeitos de mudança de classe o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 28 de Outubro de 1969 a 30 de Junho de 1970 ...	—	8	3
De 1 de Outubro de 1970 a 30 de Setembro de 1971...	1	—	—
De 1 de Novembro de 1971 a 30 de Agosto de 1972 ...	—	9	5
De 1 de Outubro de 1972 a 30 de Junho de 1973 ...	—	8	24
De 1 de Dezembro de 1973 a 31 de Julho de 1974 ...	—	8	1
De 26 de Novembro de 1974 a 28 de Junho de 1975 ...	—	7	3
De 3 de Outubro de 1975 a 30 de Junho de 1976 ...	—	8	28
De 3 de Outubro de 1975 a 5 de Agosto de 1977 ...	—	10	2
De 7 de Outubro de 1977 a 31 de Julho de 1978 ...	—	9	25
De 4 de Novembro de 1978 a 31 de Julho de 1979 ...	—	8	28
De 7 de Outubro de 1979 a 31 de Julho de 1980 ...	—	9	25
De 16 de Outubro de 1980 a 31 de Julho de 1981 ...	—	9	16
De 5 de Outubro de 1981 a 31 de Julho de 1982 ...	—	9	27
De 16 de Outubro de 1982 a 31 de Julho de 1983 ...	—	9	16
De 20 de Outubro de 1983 a 31 de Julho de 1984 ...	—	9	12
De 1 de Outubro de 1984 a 31 de Julho de 1985 ...	—	10	1
De 1 de Outubro de 1985 a 31 de Julho de 1986 ...	—	10	1
De 1 de Outubro de 1985 a 31 de Março de 1987 ...	—	6	1
<b>Total</b> ...	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>8</b>

De 17 de Março de 1988:

Crispina Almeida Gomes, secretária-geral da Organização das Mulheres de Cabo Verde—conta, o seguinte tempo de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa e ao Estado de Cabo Verde:

Como professora do ensino liceal:

	A	M	D
De 2 de Outubro de 1972 a 31 de Julho de 1973...	—	9	25
De 7 de Outubro de 1973 a 2 de Agosto de 1974 ...	—	9	26
De 1 de Outubro de 1974 a 4 de Julho de 1975...	—	9	4
Aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo ...	—	5	23
De 5 a 31 de Julho de 1975...	—	—	28
De 1 de Dezembro de 1975 a 1 de Setembro de 1976 ...	—	9	15
De 13 de Janeiro a 31 de Setembro de 1977 ...	—	8	15

Como secretária-geral da OMCV:

De 1 de Outubro de 1977 a 11 de Junho de 1987...	9	8	11
--	---	---	----

**Total** ... **14** **1** **27**

Orlando Lopes Ferreira, professor do Ensino Primário—conta para efeitos de mudança de classe, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 1 de Novembro de 1976 a 5 de Agosto de 1977 ...	—	9	5
De 2 de Outubro de 1977 a 30 de Junho de 1978...	—	8	29
De 4 de Outubro de 1978 a 31 de Julho de 1979...	—	9	28
De 1 de Outubro de 1979 a 31 de Julho de 1980...	—	10	1
De 5 de Outubro de 1981 a 24 de Julho de 1982...	—	9	20
De 15 de Outubro de 1982 a 28 de Agosto de 1983 ...	—	10	14
De 1 de Novembro de 1983 a 31 de Julho de 1984...	—	9	1
De 1 de Outubro de 1984 a 31 de Julho de 1985...	—	10	1
De 1 de Outubro de 1985 a 31 de Outubro de 1986 ...	1	1	1
<b>Total</b> ...	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>10</b>

Despacho do Camarada Secretário-Geral por delegação do Ministro da Educação:

De 12 de Janeiro de 1988:

António Costa Lima, professor do Ensino Primário, provisório—concedida à mudança de classe correspondente a 1.ª classe, nos termos do n.º 3 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, conjugado com o artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente.—(Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Março de 1988).

Reselina Gonçalves do Rcsário, professora do Instituto Primário (2.º nível, 2.ª classe — concedida a mudança de classe, correspondente à 1.ª classe, nos termos do n.º 3 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 74/86, e artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 98/87, de 14 de Setembro).

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 28 de Março de 1988).

Despachos do Camarada Director do Hospital Central da Praia, por delegação do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 24 de Agosto de 1987:

Ana Maria Rodrigues Barbosa, 3.º oficial da Presidência da República — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 19 de Fevereiro de 1988, que é do seguinte teor:

«Propomos que seja reavaliada numa consulta de obstetrícia e regresso à Junta de Saúde munido de um relatório circunstanciado sobre o quadro clínico e a justificação de necessidade de ecografia».

De 13 de Fevereiro de 1988:

Manuel Graciano Andrade, agente das Forças de Segurança e Ordem Pública — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 7 de Janeiro de 1988, que é do seguinte teor:

«Que o examinado seja evacuado para S. Vicente, a fim de ser presente à consulta de estomatologia, por estarem esgotados os recursos locais de tratamento».

De 22:

Humberto Ildo Vaz Cardoso, professor de posto escolar — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 19 de Fevereiro de 1988, que é do seguinte teor:

«Apresentado. Apto para desempenho das suas actividades profissionais».

Despacho do Camarada Director Regional de Saúde de Barlavento, por delegação, do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 19 de Fevereiro de 1988:

Isabel Maria Monteiro, professora de posto escolar, contratada — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 18 de Fevereiro de 1988, que é do seguinte teor:

«É-lhe concedido convalescência de 60 dias após os quais deverá ser de novo avaliada».

Contrato de prestação de serviço:

De 6 de Janeiro de 1988:

Madalena Isabel Querido Monteiro — contratada, nos termos da alínea c) do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer as funções de auxiliar de docu-

mentalista, no Centro de Documentação e Informação para o Desenvolvimento, com direito ao vencimento mensal de 10 000\$ (dez mil escudos).

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 6.ª, código 1.41 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Março de 1988).

Extractos de contratos;

De 1 de Dezembro de 1988:

Estela Tejada Chong — contratada a título de cooperação técnica, para prestação de serviço na Direcção-Geral de Saúde, como técnica superior de estomatologia, com direito ao salário mensal de 25 000\$ (vinte e cinco mil escudos).

O presente contrato tem a duração de um ano, com efeitos a partir de 1 de Dezembro do ano findo, podendo o mesmo ser renovado por sucessivos períodos, e acordo com a cláusula contratual.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1988).

De 9 de Fevereiro de 1988:

Maria Sílvia Novais Leite Geraldo Guimarães, habilitada com licenciatura química — contratada, ao abrigo da cooperação científica e técnica entre Governo de Portugal e o Governo de Cabo Verde, para o desempenho de função de professora, com direito ao vencimento mensal de 34 000\$, alojamento, ou na falta deste, um subsídio mensal de 4 000\$. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 19 de Março de 1988).

Isabel Maria Trindade Pereira, habilitada com licenciatura em arquitectura — contratada, ao abrigo da cooperação científica e técnica entre Governo de Portugal e o Governo de Cabo Verde, para o desempenho de função de professora de desenho no Liceu «Domingos Ramos» — Praia — com direito ao vencimento mensal de 21 000\$, alojamento, ou na falta deste, um subsídio mensal de 4 000\$. (Visado pelo Tribunal de Contas em 21 de Março de 1988).

Os presentes contratos entram em vigor a partir da data do desembarque do cooperante em Cabo Verde e terminam o 30 de Setembro de 1988, podendo o mesmo ser renovado por períodos sucessivos de um ano.

As despesas têm cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Extracto de contrato de prestação de serviços, autorizado por despacho do Camarada Ministro da Informação, Cultura e Desportos:

De 12 de Outubro de 1987:

Maria João da Silva Ferreira Vieira, licenciada em História — contratada, nos termos da alínea c) do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, para prestação de serviços da sua especialidade na Direcção-Geral do Património Cultural, com direito ao vencimento e gratificação mensal iguais aos técnicos superiores de 3.ª classe.

O presente contrato é válido por um ano a contar de 1 de Novembro de 1987.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.4 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 31 de Março de 1988).

Lista provisória dos candidatos admitidos ao concurso de provas para preenchimento de vagas de 3.º oficial no quadro de pessoal dos serviços centrais do Ministério da Informação, Cultura e Desportos, conforme anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 52/87, de 26 de Dezembro, homologada por despacho do Camarada Ministro da Informação, Cultura e Desportos de 15 de Março de 1988.

- 1 — Adriano do Carmo Veiga Gomes a) e b);
- 2 — António José Pinho Brandão;
- 3 — Eurídice de Jesus Pina da Moura a) e b);
- 4 — Fernanda Maria Tavares de Carvalho;
- 5 — Fernando Luis Mendonça Garcia a) e b);
- 6 — Firmina dos Santos Neves;
- 7 — Isolina Lopes Tavares;
- 8 — João Duarte Martins a);
- 9 — José Maria Tavares a);
- 10 — José Rui Moreira Vieira Centelo a) e b);
- 11 — Maria da Luz Fontes Brito Neves a);

Obs.:

a) Falta a certidão narrativa completa dos registos de nascimento.

b) Falta o certificado de habilitações literárias.

c) Os documentos devem dar entrada na Direcção-Geral de Administração, no prazo de 30 dias.

Lista provisória dos candidatos admitidos ao concurso de provas para o preenchimento de vagas de escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe no quadro do pessoal dos serviços centrais do Ministério da Informação, Cultura e Desportos, conforme o anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 52/87, de 26 de Dezembro, homologada por despacho do Camarada Ministro da Informação, Cultura e Desportos, de 15 de Março de 1988:

- 1 — Aguinaldo Carvalho Costa;
- 2 — Aldina do Nascimento Teque;
- 3 — Álvaro Gonçalves Afonseca;
- 4 — Anacleto Lopes de Pina;
- 5 — Ana Filomena Santos Rodrigues a) e b);
- 6 — Anastácia Vieira Cardoso;
- 7 — Angelina Cardoso Duarte a) e b);
- 8 — Ana Maria Neves da Cunha;
- 9 — António Baessa Carvalho Mendonça;
- 10 — António Pedro Silva;
- 11 — Arminda Celina Mendes Silva Ferreira a) e b);
- 12 — Armindo Costa Miranda c);
- 13 — Carlos Henrique Soares de Brito Delgado;
- 14 — Edna Filomena Lopes Gomes;
- 15 — Edna Marise do Rosário Lopes Vieira;
- 16 — Elda Maria Correia Faria b);
- 17 — Elisa Margarida Évora Rocha;
- 18 — Emanuel Francisco Silva de Oliveira;
- 19 — Eufémia Lopes Mascarenhas de Carvalho;
- 20 — Eunice Helena Varela Pinto;
- 21 — Eurídice de Jesus Pina da Moura a) e b);
- 22 — Felisberta Mendes Monteiro Barbosa;
- 23 — Fernando Jorge Borges de Brito;
- 24 — Gabriela da Cruz da Graça b);
- 25 — João Melo Lopes;
- 26 — Joaquim Lopes Gonçalves;
- 27 — Joaquina Helena Gonçalves Monteiro b);
- 28 — Jorge de Sousa Ferreira;
- 29 — José António Moreno Tavares;
- 30 — Lina Fernandes Semedo;
- 31 — Lúcia Freire Monteiro;

- 32 — Manuel Cabral Landim;
- 33 — Manuela Maria Marques Correia a);
- 34 — Maria Antónia Almeida Ferreira;
- 35 — Maria Antonieta Cordeiro da Silva;
- 36 — Maria Antonieta Correia Sanches Cardoso Rodrigues;
- 37 — Maria da Condição Mendes Cardoso;
- 38 — Maria da Luz S. Rocha Ferreira Barbosa a) e b);
- 39 — Maria de Jesus Lopes Furtado Barbosa;
- 40 — Maria do Céu Semedo Ferreira;
- 41 — Maria do Livramento de Barros Lopes;
- 42 — Maria do Rosário de Fátima Silva;
- 43 — Maria Duarte Vaz Fernandes;
- 44 — Maria Eugénia Gomes Alves;
- 45 — Maria Eugénia Mendes Sequeira;
- 46 — Mara Isabel Barbosa Mendes;
- 47 — Maria Isabel Lopes Semedo;
- 48 — Mário Ferreira Araújo;
- 49 — Mário Olímpio Silva Gonçalves a) e b);
- 50 — Natália Almeida Mendes;
- 51 — Natália Pereira Lopes a) e b);
- 52 — Natalina Ferreira Silva b);
- 53 — Odete Maria Correia Varela da Fonseca;
- 54 — Patrício Semedo Rodrigues;
- 55 — Pedro Andrade Fernandes a) e b);
- 56 — Rosette Ramos Costa;
- 57 — Suzete Mariza Vaz Mendes a) e b);
- 58 — Zenaida Helena Brito de Pina a) e b).

Obs.:

a) Falta a certidão narrativa completa dos registos de nascimento.

b) Falta o certificado de habilitações literárias.

c) Excluído por não possuir habilitações literárias.

d) Os documentos devem dar entrada na Direcção-Geral de Administração, no prazo de 30 dias a partir da data da publicação deste anúncio.

### RECTIFICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 51/87, o despacho do Camarada Director-Geral de 11 de Novembro de 1987 respeitante a contagem de tempo de serviço de Maria Delfina Oliveira Fonseca, novamente se publica o seguinte:

Maria Delfina Oliveira Fonseca, professora do Ensino Básico Elementar, 2.º nível, 3.ª classe do quadro do Ministério da Educação — conta, para efeitos de mudança de escalão o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 31 de Outubro de 1969 a 5 de Agosto de 1970 ... ..	—	9	5
De 1 de Dezembro de 1970 a 5 de Agosto de 1971... ..	—	8	5
De 7 de Outubro de 1971 a 5 de Agosto de 1972... ..	—	9	29
De 1 de Novembro de 1972 a 30 de Junho de 1973... ..	—	8	—
De 5 de Outubro de 1973 a 30 de Junho de 1974... ..	—	8	26
De 5 de Outubro de 1974 a 30 de Junho de 1975... ..	—	8	26
De 5 de Dezembro de 1975 a 9 de Agosto de 1976... ..	1	—	5

De 3 de Novembro de 1976 a 30 de Junho de 1977...	—	7	23
De 3 de Outubro de 1977 a 5 de Agosto de 1978 ...	—	10	3
De 3 de Outubro de 1978 a 31 de Julho de 1980...	1	9	29
De 10 de Outubro de 1980 a 31 de Julho de 1981...	—	9	22
De 7 de Outubro de 1981 a 31 de Julho de 1982...	—	9	25
De 13 de Outubro de 1982 a 31 de Julho de 1983...	—	9	19
De 11 de Outubro de 1983 a 31 de Julho de 1984...	—	10	21
De 1 de Outubro de 1984 a 31 de Julho de 1987...	2	10	1
<b>Total</b> ...	<b>14</b>	<b>11</b>	<b>4</b>

Direcção-Geral de Administração Pública, na Praia, 7 de Março de 1988. — O Director-Geral, *Nºel Monteiro de Sousa Pinto*.

## ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

#### Juízo Cível do Tribunal Regional de 1.ª Classe da Praia

##### ANÚNCIO

(2.ª publicação)

Pelo Juízo Cível do Tribunal Regional de 1.ª Classe da Praia, na Acção de Despejo Processo n.º 214/87, movida pela autora Igreja do Nazareno de Cabo Verde, representada pelo reverendo Gilberto Sabino Évora, casado natural de S. Vicente, residente nesta cidade, contra o réu António dos Santos Neves, casado, comerciante, com última residência conhecida em Santa Catarina — Assomada, residente actualmente em parte incerta de Portugal, é este réu citado para contestar, apresentando a sua defesa no prazo de cinco dias, que começa a correr depois de finda a dilatação de sessenta dias contada da data da segunda e última publicação deste anúncio, sob a cominação de vir a ser condenado no pedido que a autora deduz naquele processo e que consiste no despejo do prédio sito no largo 5 de Outubro desta cidade, inscrito na matriz predial respectiva sob o n.º 1828, ocupado pelo réu.

Cartório do Juízo Cível, na Praia, 9 de Março de 1988. — O secretário, *Domingos Lopes Pereira* — O juiz de Direito, *Armindo Cipriano Maurício*.

(55)

#### Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

(2.ª publicação)

A Direcção-Geral dos Registos torna público que nos autos de alteração de nome em que é requerente **Camilo Isabel Delgado Lima**, casado, agricultor, nascido em 15 de Julho de 1914, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande da ilha de Santo Antão, residente no sítio de Ribeirinha de Jorge da Ribeira da Torre, filho de Miguel António Lima e de Isabel Maria Delgado, correm edital de 30 dias a contar da 2.ª e última publicação deste anúncio no *Boletim Oficial*, convidando os interessados a deduzirem qualquer oposição sobre o pedido que consiste na seguinte modificação de nome,

**Camilo dos Santos Lima**, nome pelo qual é conhecido e tratado por todos desde o seu nascimento.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, dez de Março do ano de mil novecentos e oitenta e oito. — O Director-Geral, *David Almir Ramos*.

(56)

## Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia

Notário: **JORGE RODRIGUES PIRES**

### EXTRACTO

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório a meu cargo e no livro de notas para escrituras diversas n.º 13/C, de fls. 35 verso a 26, se encontra exarada uma escritura de aumento de capital da sociedade por quotas de responsabilidade limitada — SEAGE — Agência Nacional de Navegação de Cabo Verde, com sede nesta cidade da Praia, sendo esse aumento da quantia de 4 500 000\$ em relação ao capital inicial que era de 500 000\$.

Que, em consequência do mencionado aumento, altera o artigo quarto do pacto social que passa a ter a seguinte redacção:

#### Artigo Quarto

O capital social é de cinco milhões de escudos, integralmente realizado e corresponde à soma das quotas dos sócios do seguinte modo:

César Manuel Semedo Lopes, com a quota de três milhões de escudos; e

Pedro Alcântara Évora Júnior, com a quota de dois milhões de escudos.

Está conforme o original.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos dezasseis dias do mês de Março do ano de mil novecentos e oitenta e oito. — O Notário, *Jorge Rodrigues Pires*.

#### CONTA:

Art.º 18.º n.ºs 1 e 2 ...	60\$00
Cofre Geral ...	6\$00
Reembolso ...	3\$00
Selos ...	45\$00

Total ... 114\$00

São: (cento e catorze escudos).  
Conferida por, *Joaquim Rodrigues*.  
Registada sob o n.º 1999/88.

(57)

## SITA — Sociedade Industrial de Tintas, SARL

### CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, convoco a Assembleia Ordinária da Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L., para se reunir no dia 28 de Abril, pelas 20H30, numa das salas de reunião do Hotel-Mar, na cidade da Praia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Apreciar e aprovar ou modificar o Relatório, Balanço e Contas do exercício de 1987 e a respectiva proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como o parecer do Conselho Fiscal;

2.º Eleição de novos corpos sociais para o triénio 1988/1990.

No caso de a Assembleia não poder por qualquer motivo realizar na data acima indicada, fica desde já convocada a mesma reunião para o dia 29 de Abril, pelas 20H30, no mesmo local.

SITA — Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L., na Praia, 22 de Março de 1988. — O Presidente da Assembleia Geral, *António Martins de Sousa Lobo*, em representação da Sociedade Luso-Africana, Ld.ª

(Segue-se o reconhecimento),

(58)